

Mesa Redonda: **Resistências e políticas africanas**



As estratégias políticas e econômicas das populações africanas diante da presença colonial constituem o tema central dessa mesa-redonda. A primeira apresentação examina as diferentes respostas dos povos de Moçambique à presença colonial e à pressão comercial de mercadores indianos e portugueses em meados do século XVIII. A segunda examina o modo como as formas de resistência ao trabalho forçado afetaram as políticas coloniais no Congo no início do século XX e a terceira analisa as formas pelas quais as sociedades pastoris do Sudoeste angolano lograram manter e até expandir suas lógicas econômicas e políticas diante dos desígnios da administração colonial.

Coordenação: *Eric Allina, U of Ottawa*

Luís Frederico Dias Antunes, IICT - Resistências e conflitos africanos em Moçambique, em meados do século XVIII

Sabemos que a presença militar portuguesa na costa oriental africana provocou, desde o início, as mais variadas reacções de antagonismo e resistência por parte das populações africanas.

Em meados do século XVIII, a crescente introdução de mercadorias asiáticas e europeias em Moçambique por parte dos mercadores indianos e portugueses provocou desequilíbrios que se fizeram sentir nas diversas formações sociais moçambicanas. Na Zambézia, na região do Bororo e do Chire, os africanos aumentaram a produção local das *machiras*, tecidos resistentes feitos de algodão grosseiramente urdido, como reacção a uma relativa dependência do mercado face às inúmeras espécies de fazendas asiáticas provenientes de Surrate e Cambaia. De igual modo, o aumento da procura do marfim, mercadoria de grande valor para o comércio transoceânico, desenvolveu a organização da caça ao elefante e promoveu o negócio de armas de fogo, contribuindo para o aprofundamento da especialização das tarefas e para o reforço do poder das principais chefaturas moçambicanas. Finalmente, também o tráfico de escravos moçambicanos que ia abastecer o sultanato omanita e, em maior número, os mercados da América meridional e as ilhas francesas do Índico, provocou profundas alterações de ordem política e demográfica, sobretudo na sociedade macua.

O objectivo principal desta comunicação é, pois, analisar as diferentes respostas dos povos de Moçambique à presença colonial e à pressão comercial externa.

Jelmer Vos, Old Dominion U - Cultura política, trabalho forçado e resistência no reino do Congo, 1912-1913

Em 1912, a região do Kongo, no norte de Angola, foi pela primeira vez submetida à regulamentação portuguesa do trabalho forçado, cujo objetivo era contratar trabalhadores migrantes em nome de empresas agrícolas privadas no enclave angolano de Cabinda e, depois, São Tomé e Príncipe. Um ano depois, uma revolta eclodiu contra o rei do Kongo, desestabilizando o regime colonial e impondo uma parada temporária no recrutamento forçado de mão de obra no reino do Kongo. Para entender como as políticas de trabalho

colonial estavam relacionados à resistência africana, esta apresentação examina as seguintes questões: em primeiro lugar, a literatura sobre o trabalho forçado na África Portuguesa frequentemente cita a infame lei do trabalho de 1899, que sujeita os africanos a uma “obrigação moral e legal de trabalhar” – mas como esta lei saiu do papel e foi transformada em políticas reais? Em segundo lugar, como eram implementados os planos coloniais para recrutar trabalho, e como as pessoas no Kongo vivenciaram o recrutamento? Em outras palavras, o que significou concretamente o “trabalho forçado” para os africanos? Em terceiro lugar, como é que a experiência de trabalho forçado se traduziu em respostas políticas? Ao olhar para o levante do Kongo, em dezembro de 1913, esta apresentação tem como objetivo mostrar que os dispositivos coloniais de exploração foram articulados por meio de processos políticos locais. Por isso, para explicar a resistência do Kongo aos trabalhos forçados, temos que entender como as políticas coloniais afetaram as estruturas locais de poder e as noções de legitimidade política nas quais estavam baseadas.

Rafael Coca de Campos, UNICAMP - Processos de circulação do gado e idiomas de poder pastoris na situação colonial do Sul de Angola, 1920-1961

A situação colonial configurada no Sudoeste angolano durante o período de vigência da legislação racializada conhecida como Indigenato- 1926- 1961- tem sido compreendida pela historiografia a partir de uma perspectiva que postula a total submissão dos africanos aos desígnios dos diversos agentes coloniais portugueses. Contudo, ao analisarmos as fontes referentes a tal contexto, evidencia-se o vigor de estratégias políticas e econômicas mobilizadas pelas populações pastoris africanas da região. Neste sentido, chamam a atenção dois elementos fundamentais: em primeiro lugar, a existência de um idioma político baseado na concessão de bois como forma de legitimar alianças, o qual é reconhecido e mobilizado pelas autoridades coloniais em seu trato com as populações nativas; em segundo lugar, a adoção pelos colonos das formas de pastorícia nativas, fato que possibilitava aos pastores africanos concentrar a esmagadora maioria dos bois da região e, principalmente, sustentar práticas e instituições políticas, econômicas e mesmo religiosas que tinham o boi como elemento seminal. Tendo em vista que, como afirma o historiador Seteven Feerman, o entendimento das histórias africanas só é possível mediante a compreensão dos complexos idiomas de poder africanos configurados em contextos históricos particulares, gostaríamos de propor uma reflexão que, no que diz respeito à situação colonial do Sudoeste angolano, seja capaz de revelar as formas pelas quais as sociedades pastoris da região lograram manter- e, em alguns casos, expandir- lógicas econômicas e políticas que respondiam aos seus próprios anseios e interesses, bem como as conexões, tensões e conflitos entre estas lógicas e os interesses coloniais.